

CONSIDERAÇÕES SOBRE GÊNERO E VIOLÊNCIA SEXUAL: RELATOS DE PSICÓLOGOS/AS

Brenda Sayuri Tanaka; Carolina Ferraz Villela; Bianca Longhitano; Ana Cláudia Bortolozzi.
brenda.s.tanaka@unesp.br

Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Introdução:

A violência sexual é um dentre os tipos de violência interpessoal (Tanaka, 2023), considerada um problema de saúde pública mundial (Organização Mundial da Saúde, 2003). Para uma compreensão mais aprofundada deste fenômeno, faz-se necessário entender sua estreita relação com os papéis de gênero construídos e incutidos socialmente. Tais papéis impõem condutas rígidas e específicas, divididas entre feminino e masculino, de modo a promover uma hierarquização segundo a qual tudo o que é considerado feminino estaria em posição de inferioridade ao que é considerado masculino (Pastana; Bortolozzi, 2022; Spaziani, 2017; Spaziani; Vianna, 2020).

Assim, a violência sexual pode ser interpretada enquanto uma manifestação da violência de gênero (Spaziani, 2017), que corresponde ao uso da violência em uma relação de poder, enquanto forma de punição às situações consideradas desviantes ao que é imposto como norma (Saffioti, 2001). Pode-se dizer que a violência sexual afeta não apenas as mulheres cisgêneros, mas também diversos outros públicos de maneiras diferentes, quando estes não correspondem ao que lhes é socialmente esperado, o que inclui as pessoas de gêneros dissidentes e também homens cisgêneros.

Outro ponto de extrema relevância é que não apenas o gênero, mas também demais marcadores sociais podem se sobrepor e interagir mutuamente, influenciando na vulnerabilidade para a violência, ao que Collins e Bilge (2020) denominam como relações de poder interseccionais. Outros marcadores sociais implicados nos casos de violência sexual são: idade, orientação sexual, raça e etnia, classe social, assim como a presença de deficiência.

Por gerar várias consequências ao desenvolvimento das pessoas envolvidas (Brasil, 2012), a violência sexual é um problema que demanda a atenção da área da Psicologia. À vista disso, as diretrizes do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) são bastante relevantes para a atuação profissional e apresentam conceituações importantes para que o/a psicólogo/a possa melhor entender e identificar essas situações

(Conselho Federal de Psicologia, 2024). Tanto este material como outros autores apontam para a importância de uma formação sólida (teórica, técnica e metodológica) do/a profissional que atende tais casos (Pinheiro; Fornari, 2011; Conselho Federal de Psicologia, 2024).

Entende-se que há diversas habilidades que um/a psicólogo/a deve ter para atender com qualidade os casos de violência sexual. Alguns exemplos disso são: saber fazer encaminhamentos para área da saúde, acolher sem julgar, entender a complexidade desse atendimento e as dificuldades que ele carrega, entender a violência como fenômeno social, entender que a vítima provavelmente estará em vulnerabilidade e ter um olhar sensível e qualificado (Brasil, 2012; Pinheiro; Fornari, 2011). Essas reflexões levam ao questionamento sobre como ocorre o trabalho na área da Psicologia em relação a esses casos, bem como sobre o gênero enquanto um fator influente.

Objetivos:

O objetivo deste estudo foi analisar a influência do gênero no trabalho de profissionais psicólogos/as, a partir de seus relatos sobre a atuação diante de casos com a temática em violência sexual¹.

Método:

A pesquisa, de natureza qualitativa e exploratória (Bortolozzi, 2024), contou com uma amostra composta por quatro psicólogos/as, dos quais dois identificaram-se com o gênero masculino e duas com o gênero feminino. Cada participante fundamentava sua prática profissional a partir de uma abordagem teórica (sendo elas: a psicanálise, a análise do comportamento, a abordagem sistêmica e a psicologia histórico-cultural) e possuíam experiência de trabalho em áreas de atuação diversificadas no campo da Psicologia.

A participação na pesquisa ocorreu de maneira voluntária, mediante assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido. O estudo respeitou os cuidados éticos referentes a pesquisas com seres humanos, tendo sido aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa de uma universidade pública (Parecer No. 5.884.062). Para garantir o anonimato dos/as participantes, seus nomes foram substituídos por pedras preciosas: a Esmeralda, a Turmalina, o Topázio e o Quartzo.

Os/as profissionais, com atuação prévia com casos de violência sexual, participaram de uma entrevista semiestruturada realizada e gravada por meio da plataforma *Google Meet*. A

¹ Dados oriundos da pesquisa de mestrado de Tanaka (2024) e analisados pelo grupo de autoras neste estudo.

coleta de dados ocorreu entre os meses de janeiro e fevereiro de 2024 e as gravações foram transcritas na íntegra para posterior análise de conteúdo, que consiste na seleção de unidades de análise e no seu agrupamento em categorias temáticas emergentes e mutuamente exclusivas (Bardin, 2016). Após a análise dos dados, os resultados proporcionaram quatro categorias temáticas, descritas a seguir.

Resultados e Discussão:

Categoria 1: o gênero da pessoa em situação de violência

Na experiência profissional dos/as psicólogos/as entrevistados/as, a maioria das pessoas que estiveram em situação de violência sexual era do gênero feminino. Turmalina e Topázio apontam, ainda, ser imprescindível que o/a profissional da Psicologia leve em consideração a questão do gênero no trabalho com esses casos.

Turmalina: A maioria das vítimas que a gente atende são mulheres. (...) não dá pra fazer trabalho em violência sem levar o gênero bastante em consideração. (...) Pode ser que não chega o caso que os homens sofrem né, porque eles não têm coragem de vir denunciar ou porque ficam com vergonha, porque não percebem que foi violência. Então a gente leva isso em consideração também.

Topázio: A questão de gênero, ela tem um peso muito grande no número né, isso é claro no meu trabalho que crianças, por exemplo, do sexo feminino tem uma recorrência muito maior em relação à questão de gênero né. (...) Então tem uma questão de gênero sim né, a questão do machismo na nossa sociedade, da mulher como objeto.

Este dado vai ao encontro do que foi apontado em uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), segundo a qual a pessoa em situação de violência era do gênero feminino em 88,9% dos casos de estupro notificados ao Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) no ano de 2019 (Ferreira et al. 2023; Ipea, 2023). Entretanto, como aponta Turmalina, é fundamental considerar a existência de casos de violência sexual contra pessoas do gênero masculino, principalmente quando se trata de crianças e adolescentes.

Os papéis de gênero levam à compreensão de que os meninos e homens não estão associados a características como fragilidade (Spaziani; Vianna, 2020), além de reforçarem a ideia de virilidade e desempenho sexual masculino (Pastana; Bortolozzi, 2022), acarretando na subnotificação da violência sexual já que a situação pode não ser interpretada como tal. Desse modo, é inegável que a violência de gênero também afeta ao público masculino, mesmo que este não esteja tão vulnerável quanto o público feminino, o que é demonstrado por 12,3% dos casos de estupro registrados em 2024 terem sido cometidos contra meninos e homens, com um crescimento do número de denúncias nos últimos anos (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025).

Categoria 2: o gênero da pessoa autora da violência

Os/as participantes relataram que, na maioria dos casos de violência sexual com os quais trabalharam, a pessoa autora da violência era do gênero masculino.

Turmalina: A maioria dos perpetradores são homens.

Topázio: A questão de serem homens, geralmente, que cometem a violência.

Quartzo: A gente tem mais homens com essa prática, pelo menos eu acho, tem mais homens que praticam que mulheres. Não que as mulheres não pratiquem também, elas praticam, mas eu acho que homens mais. (...) O patriarcado, como eu disse né, essa coisa do homem achar que é homem, a mulher é submissa, ele tem que fazer o que ele quer com o corpo da mulher e tudo mais, então ele vai fazer né.

Tendo em vista a noção de patriarcado, presente no relato de Quartzo, pode-se compreender que aquilo que leva os homens a praticarem essas agressões é a ideia posta nos valores sociais atuais de que há uma primazia do masculino sobre o feminino (Brasil, 2012; CFP, 2012; Pastana; Bortolozzi, 2022; Spaziani, 2017; Spaziani; Vianna, 2020). Os papéis de gênero fazem com que os homens muitas vezes se sintam autorizados a reivindicar algo que consideram enquanto um direito ou a “corrigir” uma atitude de outra pessoa que lhe desagrade a partir do uso da violência (Spaziani, 2017).

Categoria 3: o gênero do/a psicólogo/a

Além do gênero da pessoa em situação de violência e da pessoa autora da violência, o gênero do/a profissional da Psicologia também foi um fator mencionado durante as entrevistas enquanto elemento que pode interferir no trabalho realizado em casos de violência sexual.

Esmeralda: As duas psicólogas começaram a perceber que elas estavam recebendo muitos casos e o colega estava com poucos. (...) Aí foi quando ele diz para o grupo, ele diz pra gente: “não, mas os casos de violência sexual de meninas eu não atendo”. Sim, por que não? “Não, porque eu sou homem”. (...) eu fico pensando assim: “o que é que tem por parte de psicólogas e psicólogos e psicologues, entre nós, até que ponto a gente também não reproduz tabus?”, sabe? Tabus em torno do sexo e da sexualidade.

Existe, de maneira recorrente, uma visão da Psicologia enquanto profissão feminina por estar vinculada ao cuidado (Oliveira et al., 2021). Supõe-se que essa perspectiva de gênero seja intensificada, inclusive pelos próprios profissionais da área, ao se tratar de casos de violência. Outra hipótese, levantada a partir das questões feitas por Esmeralda, diz respeito a um possível receio de psicólogos homens em trabalhar temas referentes à sexualidade, ainda mais em situações de violência sexual cometidas contra meninas.

Por ser considerado um tabu, o estudo sobre sexualidade durante a formação de Psicologia é imprescindível, não só para que os/as profissionais estejam preparados/as para lidar com o tema de maneira adequada, mas também para que não embasem sua prática apenas em convicções pessoais (Maia; Pastana, 2018). Assim, aprender sobre sexualidade durante a

graduação tem o potencial de prevenir possíveis dificuldades futuras dos/as psicólogos/as, bem como evitar que reproduzam papéis de gênero durante sua atuação.

Categoria 4: a interseccionalidade entre gênero e outros marcadores sociais

Ainda de acordo com a amostra, o gênero é um marcador social que se intersecciona com outros marcadores que não podem ser desconsiderados no trabalho com casos de violência sexual. Exemplos dos demais marcadores sociais mencionados durante as entrevistas foram a cor e raça, a classe e a orientação sexual.

Esmeralda: A teoria da interseccionalidade nos ajuda a pensar sobre isso. No sentido de que, bom, os dados apontam para a maioria menina, a maioria negra, a maioridade de periferia. Mas é um crime democrático né, é um crime que atinge a todos.

Turmalina: Pensando na população LGBT, pensando em pessoas trans, pensando muitos homens gays e bissexuais, sofrem violências específicas. Mulheres lésbicas ou bissexuais sofrem violências específicas.

É reforçada a relevância da perspectiva interseccional enquanto ferramenta analítica (Collins; Bilge, 2020) para compreender o agravamento da vulnerabilidade para violência sexual em razão de diferentes opressões sistemáticas, o que reforça a necessidade de investimento em políticas públicas no combate não apenas do fenômeno aqui debatido como também de outros tipos de violência, como o racismo, a LGBTQIAPN+fobia e o capacitismo. As “Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em políticas públicas de direitos sexuais e direitos reprodutivos” (Conselho Federal de Psicologia, 2025) expressam a preocupação da categoria profissional com essa temática.

Conclusão:

Apesar das limitações do estudo em razão do tamanho da amostra, os dados encontrados reiteram a ideia da violência sexual como uma expressão da violência de gênero, além de apontarem para os marcadores sociais enquanto fatores influentes tanto na vulnerabilidade a situações de violência quanto na identificação desses casos. Conclui-se que a compreensão da violência sexual fortemente atrelada aos papéis de gênero proporciona um olhar crítico que auxilia no entendimento de como os padrões rígidos impostos socialmente colocam diversos grupos em situação de vulnerabilidade para a violência sexual de maneiras diferentes. A análise das situações de violência sexual por meio da compreensão das relações de poder que permeiam a sociedade é uma perspectiva fundamental para a atuação de profissionais da Psicologia diante dos desafios colocados por esses casos, visando a promoção de saúde e a garantia de direitos das pessoas que buscam por seus serviços.

Referências:

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Edições 70. São Paulo: Almedina Brasil, 2016.

BORTOLOZZI, A. C. **Questionário e entrevista na pesquisa qualitativa: elaboração, aplicação e análise de conteúdo – manual didático**. 2ª edição. Versão Revista e ampliada. Araraquara/SP: Padu Aragon, 2024.

BRASIL. **Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes**. Ministério da Saúde, e. 3, r. 1. Brasília, 2012. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prevencao_agravo_violencia_sexual_mulheres_3e_d.pdf. Acesso em: 25 jul. 2025.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade** [recurso eletrônico] / Tradução: Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) no atendimento às mulheres em situação de violência**. Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. 2. ed. São Paulo: GM Editorial; Brasília: CFP, 2024. Disponível em: https://crepop.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/34/2024/11/CREPOP_RT_Mulheres_web.pdf. Acesso em: 25 jul. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) em políticas públicas de direitos sexuais e direitos reprodutivos** [livro eletrônico] / Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. 1. ed. São Paulo: GM Editorial; Brasília: CFP, 2025. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2025/04/RT_direitos_sexuais_WEB.pdf. Acesso em: 27 jul. 2025.

FERREIRA, H.; COELHO, D. S. C.; CERQUEIRA, D.; ALVES, P.; SEMENTE, M. **Elucidando a prevalência de estupro no Brasil a partir de diferentes bases de dados**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro: Ipea, 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11814/4/TD_2880_web.pdf. Acesso em: 22 jul. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/279>. Acesso em: 24 jul. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea). Dados sobre estupro no Brasil. EM QUESTÃO – Evidências para políticas públicas, n. 22, mar., 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1694-pbestuprofinal.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2025.

MAIA, A. C. B.; PASTANA, M. **SEXUALIDADE E DIVERSIDADE SEXUAL NA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA**. Revista Brasileira de Sexualidade Humana, v. 29, p. 83-90, 2018. DOI: 10.35919/rbsh.v29i1.44. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/44. Acesso em: 24 jul. 2025.

OLIVEIRA, L. R.; BARROS, S. C.; SANTOS, A. O.; PENNA, W. P.; VEIGA, L. M. A. **Da Psicologia como profissão feminina à Psicologia feminista: criando novos modos e novas epistemologias a partir do feminismo negro. Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 16, n. 3, p. 1-10, 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082021000300013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Guidelines for medico-legal care for victims of sexual violence**. Geneva: World Health Organization (WHO), 2003. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/04/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2025.

PASTANA, M.; BORTOLOZZI, A. C. **Sexualidade e prazer: considerações sobre intervenções em educação sexual**. Mental [online], v. 14, n. 25, p. 1-21, 2022. DOI: 10.5935/1679-4427.v14n25.0009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/mental/v14n25/v14n25a09.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2025.

PINHEIRO, L; de S.; FORNARI, V. L. **O papel do psicólogo nos casos de violência contra a criança e o adolescente**. In: AZAMBUJA, M. R. F. de; FERREIRA, M. H. M. (Orgs.). *Violência sexual contra crianças e adolescentes*. Porto Alegre: Artmed, 2011, p. 298-317.

SAFFIOTI, H. I. B. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Cadernos Pagu, n. 16: p. 115-136, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332001000100007>.

SPAZIANI, R. B. **Violência sexual contra crianças: A inserção da perspectiva de gênero em pesquisas de pós-graduação da área da Educação (1987-2015)**. 208 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Araraquara, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/848b29b3-bd52-4022-974d-16cc14b9b57e>. Acesso em: 25 jul. 2025.

SPAZIANI, R. B.; VIANNA, C. P. **Violência sexual contra crianças: a categoria de gênero nos estudos da educação**. Educação Unisinos, v. 24, pp. 1-18, 2020. DOI: 10.4013/edu.2020.241.16. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2020.241.16>. Acesso em: 25 jul. 2025.

TANAKA, B. S. **Violência contra as mulheres: prevenção e promoção de saúde**. In: CARVALHO, L. R. S. de; NAVEGA, D. de A.; BORTOLOZZI, A. C. (Orgs.). *Discussões em Educação Sexual: Gênero e Saúde*. 1. ed. Araraquara/SP: Padu Aragon Editor, 2023, p. 25-37.

TANAKA, B. S. **Violência sexual e a atuação em Psicologia: levantamento sobre as ações realizadas por profissionais da área**. Orientadora: Ana Cláudia Bortolozzi. 2024. 144 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) - Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Bauru, 2024.